



Em **S**ociedade

APRESENTAÇÃO

Andreia dos Santos

Alessandra Chacham

Juliana Gonzaga Jayme

Karina Junqueira



O ano de 2021 tem sido marcado pelo agravamento da pandemia de COVID-19, que ceifou milhões de vidas em todo o mundo, gerando uma crise sanitária, social e econômica, na qual o Brasil desponta atualmente como o epicentro mundial da doença. Além disso, o governo brasileiro foi apontado, em pesquisa publicada em 28 de janeiro deste ano, por um instituto australiano (Instituto Lowy), como aquele que tem realizado a pior gestão da pandemia, considerando 98 países analisados. Nesse contexto de crise, que afeta toda a população brasileira, as mulheres têm sofrido de maneira desproporcional as suas consequências, com o aumento da violência doméstica, do feminicídio, da carga de trabalho acentuada pelo ensino dos filhos em casa e pelas tarefas domésticas, além do home office, entre outros.

Nesse contexto, no mês em que se comemora o Dia Internacional das Mulheres, a publicação deste Dossiê temático sobre gênero é um alento, além de ser uma oportunidade para conhecermos artigos que revelam a potência da ciência e das Universidades por meio de trabalhos de pesquisadoras/es que contribuem para os estudos de gênero em diferentes áreas das Ciências Sociais.

Falar de gênero é, antes de tudo, discutir assimetria de poder. Se muito antes do conceito ser cunhado, as teorias feministas já apontavam para as desigualdades de oportunidades entre mulheres e homens - em diferentes esferas da vida -, a sua problematização como categoria de análise foi a pedra de toque para pensá-lo de forma relacional. Gênero, naquele momento, se desloca das mulheres para a relação entre mulheres e homens (SCOTT, 1989). Mas o conceito, além de polissêmico, também tem movimento. E, ao lado do ativismo feminista das ruas, o reconhecimento e a disseminação do conceito de gênero levou-o além. Hoje, não se trata do tema sem mencionar a discussão da interseccionalidade, termo usado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw em 1990, embora sua ideia, pelo menos entre as mulheres negras, remonte ao século XIX, como revela o discurso de Sojourner Truth, proferido em 1851.

A perspectiva interseccional revela que gênero é atravessado por outras desigualdades, por exemplo, raça, classe, sexualidade, nacionalidade, entre outros marcadores da diferença. Revela, também, como afirma Angela Davis (2016), que não há hierarquia nas desigualdades/opressões.

Outro aspecto fundamental do movimento deste conceito se refere à busca em escapar



do binarismo de gênero. Ao deixar para trás esse binarismo, Judith Butler (2005; 2015) traz uma contribuição basilar para esse debate, ao pensar o gênero não como categoria, mas como discurso, a partir da teoria da performatividade. Para ela, gênero pode ser pensado como um conjunto de atos (normatizados) reiterados que faz existir o que nomeia. Ao nascer, um bebê designado como menina já é generificado e, desde então, aprende (imitando reiteradamente) o que/como é ser uma menina. Ou seja, em Butler (2005; 2015), o gênero não é preexistente ao discurso, como também não é o sexo. Portanto, este último também é visto como construção, o que permite romper com o pressuposto de que o sexo é um dado biológico sobre o qual se constrói a identidade de gênero.

Evidentemente que a discussão sobre o conceito de gênero não cabe em dois parágrafos. Mas esta apresentação não tem, por óbvio, este intuito. Importa aqui apenas introduzir o debate sobre a importância da disseminação deste conceito nas Ciências Sociais, pensado hoje como essencial, como podemos ver na variedade dos temas tratados nos artigos aqui publicados e na entrevista concedida pela professora e pesquisadora Marlise Matos, que abre este dossiê.

Em sua entrevista, Marlise Matos passeia por debates que vão desde a representação e participação política, até a sobrecarga das mulheres no contexto da pandemia causada pelo novo coronavírus. Marlise discute a respeito das formas estruturais de opressão que se articulam no contexto das desigualdades, demonstrando a importância de se estudar e analisar gênero a partir de perspectivas interseccionais. Segundo ela, a sobrecarga das mulheres na sociedade atual ficou ainda mais clara durante a pandemia causada pelo Covid-19, já que as mulheres não só possuem um histórico maior nas profissões de cuidado, como também são as principais responsáveis por acompanhar a vida escolar dos filhos e as tarefas domésticas. Esses fatores são causa e consequência, visto que há um binarismo entre o papel social dos sexos, percebendo-se o trabalho de cuidado como extensão da esfera doméstica. Marlise avança a discussão descrevendo como os estudos de gênero fizeram com que o termo hoje vá além de ser considerado somente um conceito, mas se configure como um campo de produção científico-acadêmica. O gênero não é estudado por ela como autônomo da sexualidade, mas como dimensões de uma mesma moeda, já que identidade de gênero e orientação sexual são elementos característicos da sexualidade, mas também estruturadores nos estudos de gênero. Por fim, Marlise aborda como as dimensões de gênero, raça e sexualidade são as fronteiras vivas da cidadania democrática, pois são representativos dos direitos adquiridos e dos que ainda estão por serem parte do cotidiano, caracterizando, portanto, o gênero, a sexualidade e a



raça como dimensões democráticas, e democratizadoras da cidadania e dos direitos por excelência, do espaço e da esfera pública.

Os artigos que seguem revelam que o gênero, como categoria analítica, perpassa diferentes esferas da vida social, de tal maneira que apresentamos discussões que abordam educação, raça, matrimônio infantil, parto, direito à cidade, impacto da reforma tributária na desigualdade de gênero e o contexto de pandemia no país.

O primeiro artigo reflete sobre o sistema tributário brasileiro e as possíveis consequências da Reforma Tributária, que está em discussão na Câmara Federal, na perpetuação das desigualdades de gênero. Para /os autores, Ana Carolina da Silva Barbosa, Lidia Cristina Silva Barbosa e Pedro Malard Monteiro, o nosso sistema tributário reforça não só as essas desigualdades, como os estereótipos de gênero, uma vez que dificulta a inserção das mulheres no mercado de trabalho. É analisado como a desoneração de tributos deve ser considerada não somente pelo aspecto financeiro, mas como parte de uma política maior e mais abrangente, que questione estigmas e estereótipos de gênero, de forma também a retirar as mulheres de atividades de cuidado não remuneradas (casa e filhos, por exemplo), para que sejam inseridas na economia brasileira.

A discussão de Thiago Teixeira parte da norma cisheterossexual presente na nossa sociedade para debater sobre a construção da subjetividade e masculinidade de homens negros e gays, que sofrem a um só tempo o racismo e a LGBTfobia. O autor pensa na construção dos devires dissidentes e como esses enfrentam essas estruturas de exclusão impostas pela branquitude e cisheternormatividade.

No artigo seguinte - Feminismos, Sexualidades e Espaços Urbanos de Resistência -, temos as discussões trazidas pelas autoras Marina Grandi Giongo e Laila Sabrina Shams, que analisam, de maneira interseccional, os estereótipos e os papéis formais criados na sociedade em relação às mulheres reconhecendo as diferentes desigualdades e dialogando com as múltiplas resistências que habitam as cidades. Por meio da revisão de textos feministas que tratam sobre corpo, identidade, sexualidade e espaços urbanos, compreende-se que o feminismo é plural e necessita constantemente desconstruir os significados patriarcais de ser mulher.

Ainda analisando a relação entre gênero e espaço urbano, Raquel Garcia Gonçalves, Amanda Sayuri Kowara Santos e Ana Urbano Borges, no artigo Reflexões sobre Direito à Cidade e Gênero: a Luta pela Democratização dos Espaços da Cidade - buscam discutir a



questão de gênero na produção e apropriação da cidade, considerando que a mulher vem sendo excluída, historicamente, das decisões que incidem sobre o espaço urbano e, ao mesmo tempo, vem sendo privada de se apropriar dos espaços públicos de forma livre. Parte-se da ideia proposta por Lefebvre (1968) e reafirmada por Harvey (2014) de direito à cidade, que se configura muito mais como retórica do que como realização para a maioria da população, destacando, as mulheres. Considera-se que a luta pelo direito à cidade envolve uma incessante busca pelo acesso amplo e irrestrito ao espaço e à vida urbana, mas, mais do que isso, envolve uma luta pela democratização da cidade. Ressalta-se, assim, a importância da ação direta e dos corpos nas ruas para a reafirmação das identidades e a conquista de direitos. O trabalho tem início com uma discussão sobre a ideia de direito à cidade e espaço público, relacionada à questão de gênero. Em seguida, serão analisados modelos urbanísticos do século XX, pautados por uma visão masculina, que deram origem às cidades atuais, destacando a cidade de Belo Horizonte. Por fim, serão feitos apontamentos sobre os levantes feministas, demonstrando a importância do aparecimento dos corpos femininos no meio urbano como forma de resistência à lógica patriarcal dos espaços.

A seguir, o artigo Desigualdade de Gênero na Formação Educacional Stricto Sensu aborda a desigualdade na educação numa perspectiva interseccional. As autoras Cláudia Aparecida Avelar Ferreira e Simone Costa Nunes demonstram com este estudo a intersecção de gênero/raça/classe enquanto veículo de desigualdade social no Brasil. Para tanto, foram utilizados dados do portal da CAPES (2018), em uma abordagem quantitativa, tendo como recorte mulheres discentes, brancas e negras, ingressas em instituições de ensino superior. As autoras buscaram enfatizar a importância das políticas públicas e do debate acerca do acesso à educação e ao mercado de trabalho dessas mulheres negras, apresentando um retrato das desigualdades existentes entre elas e as mulheres brancas, em termos da formação educacional stricto sensu. O artigo traz, ainda, a questão da educação como empecilho para a inserção ao mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e com subjetividades em seu interior, relacionadas ao sexismo e ao racismo.

Saindo da interseccionalidade e refletindo sobre colonialidade e gênero, Camila Maria Figueiredo Malcher e Maria Lúcia Chaves Lima discutem, a partir da perspectiva decolonial, o casamento infantil no artigo - Casamento Infantil no Brasil: uma Colonialidade de Gênero. Nessa pesquisa, as autoras fazem uma análise do casamento infantil em Belém, no Pará, enquanto uma expressão da multifacetada colonialidade de gênero. Nesta análise é possível perceber um jogo de interesse/desinteresse governamental, no qual de um lado está o ânimo



diplomático para a proteção da infância e adolescência no Brasil, e do outro a preservação da herança colonial reproduzida nas estruturas da sociedade e Estado mantendo elementos que custeiam o sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno implicando na prática do casamento na infância.

Outro aspecto das questões de gênero abordado neste Dossiê é a violência obstétrica no cenário atual da parturição e as relações de poder que a perpassam. Dessa forma, Mônica das Graças de Azevedo e Wânia Maria de Araújo em seu artigo - Da Tecnocracia ao Protagonismo da Mulher no Cenário da Parturição - tratam, por meio de uma pesquisa qualitativa realizada em Belo Horizonte (2016), das relações entre médicos, parturientes e enfermeiros obstetras, apontando a dificuldade de alguns médicos em lidar com o protagonismo das mulheres, bem como a dificuldade de inserção do(a) enfermeiro(a) obstetra na equipe de atenção ao parto. As autoras analisam ainda a proposta do modelo colaborativo e humanizado de assistência ao parto, centrado na mulher, como uma forma de enfrentamento da violência obstétrica.

Ainda no campo da relação materna, e fechando este dossiê, Talita Melgaço Fernandes, Thaís Teles Rocha e Gisele Camilo da Mata, no artigo - MaternAtiva: pensando um Campus para Mães e Crianças Através das Ações Afirmativas e das Redes de Apoio - analisam as experiências do ser mãe e do ser criança como parte constitutiva da Universidade pública no Brasil, a partir da análise da Coletiva MaternAtiva UFMG. Dessa forma, as autoras que fazem parte do grupo de apoio, chegam a conclusão de que as intervenções da MaternAtiva interpelam o ambiente universitário na tentativa de produzir uma reflexão e transformação dos espaços de poder que podem ser acessados pelas maternidades e infâncias diversas.

Boa leitura!